

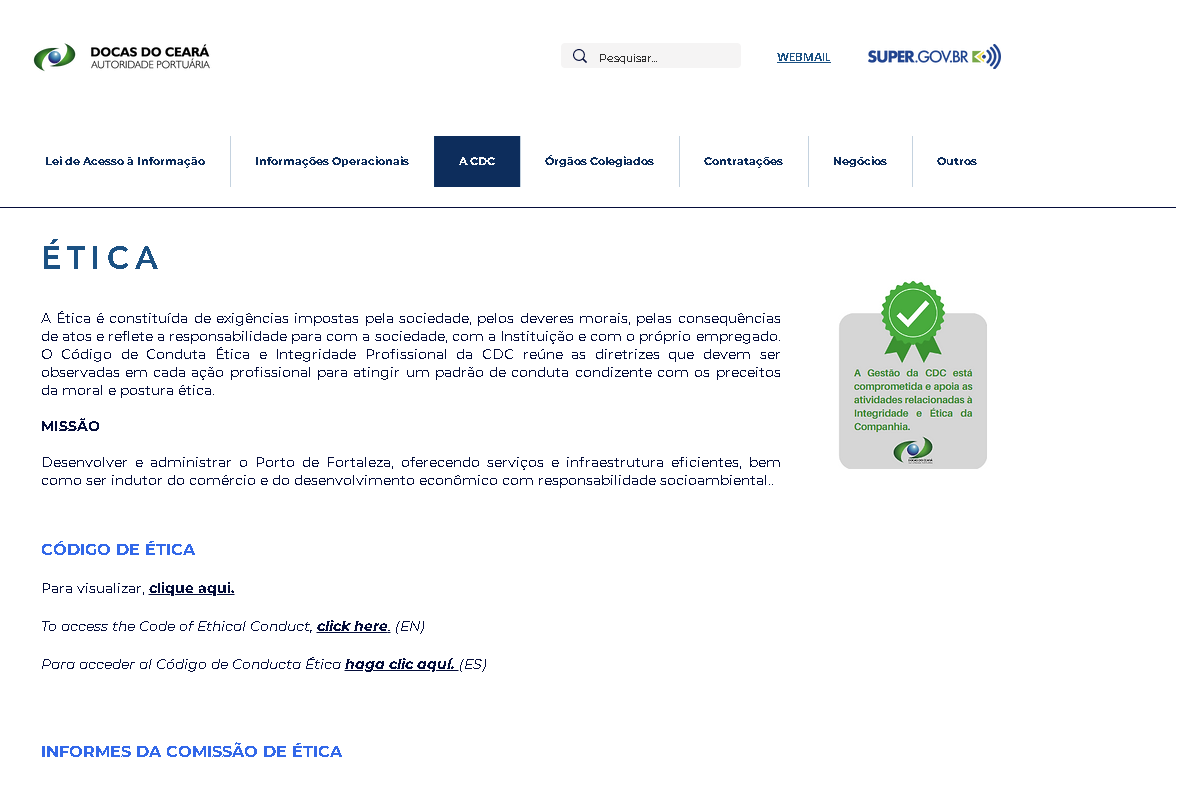
A CDC, na busca do aprimoramento da cultura de integridade da companhia, implementou programa de integridade, que consiste em um conjunto de medidas institucionais a serem adotadas em determinado período de tempo, destinadas à prevenção, detecção e correção de atos de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta, os quais podem impedir que a entidade alcance seus objetivos em todos os níveis. Tendo a CODCON a responsabilidade pelo acompanhamento da execução das ações elencadas no programa de integridade, em atendimento ao art. 16 do Decreto nº 8.945/16, § 3º, são elaborados relatórios trimestrais das atividades da área de integridade para fins de conhecimento pela gestão.

**Fortalecimento do comprometimento da Alta Administração com Integridade**

No 1º Trimestre de 2023, a área de integridade propôs medidas para evidenciar o comprometimento dos membros da alta administração com a integridade. Uma dessas medidas foi a publicização deste compromisso através de informe na página da Companhia com o seguinte texto: “A Gestão da CDC está comprometida e apoia as atividades relacionadas à Integridade e Ética da Companhia”.







**NORMATIVOS**

**Manual de Transparência Ativa da CDC**

O processo de transparência ativa da Companhia Docas do Ceará vem sendo fomentado através da previsão de ações no Programa de Integridade.

Em 2021, a CDC iniciou o processo de aperfeiçoamento da LAI, já tendo obtido melhora no cumprimento dos requisitos em relação ao exercício de 2021. Já em 2022, a Companhia encerrou o ano como sendo uma das instituições públicas que ocupa a primeira colocação no ranking de transparência ativa avaliada pela Controladoria Geral da União (CGU), **tendo obtido nota máxima após o cumprimento de 100% dos quesitos exigidos pela CGU.**

No exercício de 2023, o Planejamento Estratégico da empresa estabeleceu como um dos indicadores o de "capacidade em controle do IGG/TCU", que dentre outros, levará em conta os quesitos do item 3110, que trata da promoção da transparência e os do item 3121 que trata da garantia da *accountability.*

Visando a permanência da conformidade da empresa com a Transparência Ativa, a CODCON elaborou um Manual a fim de regulamentar o procedimento de Transparência Ativa, visando a manutenção das boas práticas e da conformidade em relação ao tema, alcançando-se um bom nível de Governança. Para a correta publicação das informações e documentos obrigatórios, necessário seguir as orientações da **Secretaria de Coordenação das Estatais – SEST**dispostas no Guia de Transparência Ativa para Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal e as orientações da **Controladoria Geral da União - CGU** dispostas no Guia de Padronização de Informações das Empresas Estatais Federais nos Portais da Internet.

A CODCON, posteriormente à aprovação do Manual, elaborou relatórios contendo os aperfeiçoamentos necessários à atual transparência ativa da CDC, estando o site, no momento, sofrendo as devidas alterações.

**Política Anticorrupção**

A Coordenadoria de Controle – CODCON, em atendimento às ações previstas no Programa de Integridade de 2023, elaborou a Política Anticorrupção da CDC. Tal Política possui com referencial práticas sugeridas no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção do TCU (E-Prevenção) e tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes e as responsabilidades relacionadas à prevenção e combate aos atos de fraude e corrupção na Companhia Docas do Ceará.

Objetiva, ainda, fortalecer a cultura da ética e da integridade na empresa, comunicando, com transparência, aos seus integrantes e à sociedade, os princípios, as responsabilidades e as ações proativas e preventivas para coibir atitudes fraudulentas e corruptas.

O documento foi submetido à aprovação pelo Conselho de Administração.

**Norma de gestão de classificação de Informações**

Outra ação prevista no Programa de Integridade da CDC é a elaboração da Norma de Classificação de Informações. Tal normativo também agrega práticas sugeridas no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção do TCU (E-Prevenção) e visa estabelecer processo para classificação e tratamento de informações da Companhia.

O normativo foi elaborado pela Ouvidoria, com revisões realizadas pela CODCON e foi submetido à aprovação.

**Manual de Tratamento de Notificações e Autuações**

O Manual proposto pela CODCON refere-se a um importante instrumento de controle para a mitigação da recorrência de impropriedades e/ou irregularidades detectadas por órgãos intervenientes e/ou de fiscalização em relação às atividades desempenhadas pela CDC, com vistas à melhoria dos seus processos.

Além de conter os procedimentos e fluxos nos casos de recebimento de notificações e autuações, o manual contêm, ainda, capítulos específicos de controles internos, prevendo relatórios com diagnósticos das situações em desconformidades, mapeamento de controles necessários (corretivos e preventivos), prazos e responsáveis com reporte ao Diretor da área respectiva. Tudo isso contribui para a melhoria do ambiente de controle e conformidade da Companhia.

Inobstante o viés ser mais voltado aos controles, o Manual traz um capítulo específico de sanções onde consta que em casos de condutas irregulares de colaboradores, ilícitos penais, atos de fraude ou corrupção devem ser adotadas providências cabíveis, inclusive a remessa para os órgãos apuratórios competentes.

O documento elaborado pela CODCON foi submetido à aprovação.

**CAPACITAÇÕES**

**Treinamento sobre Código de Conduta**

Foi disponibilizado o treinamento sobre código de conduta fornecido pelo Instituto Serzedello Corrêa, o treinamento visa compreender a aplicação das práticas de prevenção à corrupção relacionadas à gestão da ética e da integridade na organização a partir das ferramentas indicadas no Roteiro de Atuação do PNPC.

O curso pode ser acessado através do link:

[https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:557725012638::NO:106:P106\_COD:205071](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=706144:106:557725012638::NO:106:P106_COD:205071%20)

**Treinamento sobre a lei anticorrupção e processo de apuração**

Foi realizado treinamento acerca de processo administrativo de responsabilização (PAR) previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) voltados aos membros de Comissões apuratórias. O curso foi desenvolvido pela ENAP em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) e visa preparar agentes públicos para que possam compor comissão de processo administrativo de responsabilização de empresas (PAR), conforme procedimento estabelecido pela Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção. O treinamento pode ser acessado através do link: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/321>

**Treinamento sobre Compliance Anticorrupção em Empresas Estatais**

Foi realizado treinamento sobre compliance anticorrupção em empresas estatais. A Lei Anticoprrupção, que foi aprovada em 2013, é o principal marco para a implementação do programa de compliance nas empresas estatais. Já o Decreto 8420, de 2015, define o que é compliance e tudo o que uma empresa estatal precisa ter para que seus funcionários não cometam desvios. O treinamento foi destinado para a alta gestão e membros do comitê de auditoria da CDC. O treinamento pode ser acessado através do link: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/428>

**Treinamento sobre admissibilidade de denúncia**

O curso Tratamento de Denúncias em Ouvidoria foi desenvolvido com o objetivo de estimular a construção de competências relacionadas ao recebimento e tratamento das denúncias pelas ouvidorias públicas, contribuindo para a qualificação dos agentes públicos que trabalham no combate à corrupção, bem como para o aprimoramento da Administração Pública. O treinamento foi voltado para os membros da ouvidoria e auditoria interna da CDC e pode ser acessado através do link:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/132>.

**REUNIÕES**

**Reuniões Sistema de Governança**

Foi realizada reunião com as instâncias internas de governança, para acompanhar as ações do programa de integridade 2023. Os representantes das instâncias reuniram-se para discutir as ações e apresentar, caso houvesse dificuldades na implementação ou cumprimento dos prazos estabelecidos. Também foi tratado temas referentes ao STA – Sistema de Transparência Ativa.

**CAMPANHAS**

**Campanhas de Integridade**

Foi realizada campanha de conscientização da gestão de riscos para integridade pública. A integridade pública é uma resposta sustentável à corrupção, que complementa as abordagens tradicionalmente conhecidas, baseadas na criação de mais regras, de conformidade mais rigorosa e de responsabilização mais rígida. Aliada a isso, propõe-se uma nova abordagem comportamental, focada no desenvolvimento de uma cultura e de comportamentos individuais que continuamente sustentem e priorizem o interesse público sobre os interesses privados. Desenvolver em toda a sociedade essa cultura de integridade e de intolerância a comportamentos não alinhados ao interesse público passa pela implementação de uma abordagem estratégica, baseada em riscos e focada não em tratar suas consequências (detecção e punição), mas fundamentalmente em evitar ou prevenir sua ocorrência.

**  **

No primeiro trimestre de 2023 foi realizado campanha sobre a Governança Pública. A governança pode ser compreendida, de forma geral, como um sistema composto por mecanismos e princípios que as instituições possuem para auxiliar a tomada de decisões e para administrar as relações com a sociedade, alinhado às boas práticas de gestão e às normas éticas, com foco em objetivos coletivos. O tema foi definido pela Controladoria-Geral da União definindo o tema de janeiro da campanha Integridade Somos Todos Nós.